BOCA
BOLETIM DE CONJUNTURA

A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS PELA ALEMANHA

THE SOCIOECONOMIC SITUATION OF TERRITORIES OCCUPIED BY GERMANY

LA SITUACIÓN SOCIOECONÓMICA DE LOS TERRITORIOS OCUPADOS POR ALEMANIA

https://doi.org/10.56238/bocav25n79-040

Data de submissão: 16/05/2026 **Data de publicação:** 30/06/2026

Deoladeu Joaquim Ferramenta
Mestre em Ciências da Educação
Instituição: Instituto Superior Politécnico Sol Nascente
E-mail: deoladeo@hotmail.com
Orcid: 0009-0001-9432-7607

RESUMO

A presente recensão que resulta metodologicamente da hermenêutica de escritos acerca da dominação alemã em África, objectiva compreender a situação social e económica dos territórios ocupados pela Alemanha em África no período correspondente à década de 1880 até no ano que finda a primeira guerra Mundial (1914-1918). A descrição dos fenómenos, políticos, sociais e económicos dos territórios ocupados é motivado pela necessidade de compreender e explicar os factos que caracterizam os Estados africanos contemporâneos como consequência do processo histórico colonial. Concluímos que, a Alemanha ocupou os Camarões, o Togo, a Namíbia e a África Oriental Alemã (Tanganica, Ruanda-Urundi), tendo implementando nestes territórios uma administração tendencialmente mista. O recurso a lógica colonial utilitarista justifica-se pelo desenvolvimento industrial alemão da época, assim, a pretensão da prossecução dos projectos coloniais requereu a implementação de um sistema educativo para a produção de negros hábeis, ou seja, a habilitação dos autóctones para o trabalho na administração colonial e para o manuseamento de máquinas. A colonização alemã em África apresenta uma cronologia distinta das outras potências coloniais europeias, já que, a colonização francesa em África termina na década de 60 e a de Portugal na década de 70, contrariamente, a Alemanha implanta-se em 1884 e retira-se em 1918 como consequência dos resultados da Primeira Guerra Mundial que tomaram suas colonias em espólios de guerra.

Palavras-chave: Alemanha. Lógica Colonial Utilitarista. Primeira Guerra Mundial.

ABSTRACT

This review, which results methodologically from hermeneutics of writings on German domination in Africa, aims to understand the social and economic situation of territories occupied by Germany in Africa in the period from the 1880s until the year of the end of the First World War (1914-1918). The description of political, social, and economic phenomena in occupied territories is motivated by the need to understand and explain the facts that characterize contemporary African states as a consequence of the historical colonial process. We conclude that Germany occupied the Cameroons, Togo, Namibia, and German East Africa (Tanganyika, Ruanda-Urundi), implementing in these

territories a mixed-tendency administration. The resort to utilitarian colonial logic is justified by German industrial development of the time; thus, the intention to pursue colonial projects required the implementation of an educational system for the production of skilled blacks, that is, the qualification of natives for work in colonial administration and machine handling. German colonization in Africa presents a distinct chronology from other European colonial powers, since French colonization in Africa ends in the 1960s and Portugal's in the 1970s; conversely, Germany establishes itself in 1884 and withdraws in 1918 as a consequence of the results of the First World War, which took its colonies as war spoils.

Keywords: Germany. Utilitarian Colonial Logic. First World War.

RESUMEN

Esta reseña, que resulta metodológicamente de la hermenéutica de escritos sobre la dominación alemana en África, tiene como objetivo comprender la situación social y económica de los territorios ocupados por Alemania en África en el período desde la década de 1880 hasta el año del final de la Primera Guerra Mundial (1914-1918). La descripción de fenómenos políticos, sociales y económicos en los territorios ocupados está motivada por la necesidad de comprender y explicar los hechos que caracterizan a los Estados africanos contemporáneos como consecuencia del proceso histórico colonial. Concluimos que Alemania ocupó Camerún, Togo, Namibia y África Oriental Alemana (Tanganica, Ruanda-Urundi), implementando en estos territorios una administración de tendencia mixta. El recurso a la lógica colonial utilitaria se justifica por el desarrollo industrial alemán de la época; así, la intención de continuar con los proyectos coloniales requería la implementación de un sistema educativo para la producción de negros hábiles, es decir, la calificación de los nativos para trabajar en la administración colonial y el manejo de máquinas. La colonización alemana en África presenta una cronología distinta de otras potencias coloniales europeas, ya que la colonización francesa en África termina en los años 60 y la de Portugal en los años 70; por el contrario, Alemania se establece en 1884 y se retira en 1918 como consecuencia de los resultados de la Primera Guerra Mundial, que tomó sus colonias como despojos de guerra.

Palabras clave: Alemania. Lógica Colonial Utilitaria. Primera Guerra Mundial.

1 INTRODUÇÃO

A situação socioeconómica dos territórios ocupados pela Alemanha é um tema que vem subjacente aos acontecimentos sobre a expansão mercantilista europeia em África. Cronologicamente, referimo-nos à segunda metade do século XIX em que os europeus foram penetrando no continente, até finais do século XX. Como consequência da acção dos movimentos nacionalistas africanos galvanizados por um quadro internacional favorável, o continente alcançou as suas independências a partir da década de sessenta.

Com enfâse na abstracção reflexiva, a investigação sobre a situação socioeconómica dos territórios ocupados pela Alemanha reflecte um conjunto de motivações académicas relactivamente a compreensão dos conteúdos que conformam a ciência histórica.

As motivações e justificações alemãs acerca da invasão e ocupação de territórios em África, a apresentação da administração implementada nos territórios ocupados, a lógica colonial utilitarista e a justificação de sua adopção, o quadro económico, o sistema educativo, objectivos de sua implementação e lógicas de acesso e o término precoce da colonização alemã em África, consubstanciam o conteúdo histórico sistematizado apresentado, que inclui citações de autores precedentes (indução), com a incorporação das ideias próprias do investigador sob a lógica de dedução.

A obtenção de áreas para a exploração de matérias-primas para as indústrias e a expansão do mercado de consumo apresentam-se como impulso imediato para a Alemanha partir a expansão mercantilista em África. Assim, apesar de não ter materializado suas pretensões, ocupou o Togo e os Camarões na parte Ocidental de África, o Sudoeste Africano (actual Namíbia) e a África Oriental Alemã (território que compreende os actuais territórios da Tanzânia, Ruanda e Burundi), tendo implementando uma administração mista devido as resistências que se estalaram nos territórios por conta da instauração do sistema colonial.

A economia colonial no Togo esteve assente na agricultura, território que equilibrava a economia colonial, contrariamente ao Sudoeste Africano em que, a predominância do clima árido tropical com temperaturas elevadas não favorável para a agricultura, mas a exploração mineira apresentou-se como principal fonte de receita. A regulamentação da caça era uma forma de controlar o comércio de um dos principais produtos de exportação, o marfim, destacadamente nos Camarões e na África Oriental Alemã.

Implementar a educação nos territórios ocupados pela Alemanha objectivava, principalmente, a educação do homem negro para trabalhar como forma de integra-lo no sistema colonial.

A Primeira Guerra Mundial viria a ameaçar o espaço transcultural (entre a cultura africana e a alemã) devido os seus resultados, que tomaram as possessões alemãs em África como despojos de guerra a favor da Grã-Bretanha, França e Bélgica.

2 DA PRÚSSIA AO II REICH

A República Federal da Alemanha de hoje é fruto de uma formação secular, processo longo e com uma História fora do comum tendo sido marcado por uma política de expansão regional e acontecimentos marcantes de pendor religioso, mas com um pragmatismo notável no contexto político e económico.

A respeito do topónimo "Alemanha", Kappler e Grevel (1995, p. 8) referem que "deutsch (alemão) provavelmente só apareceu no século VIII. Inicialmente, apenas significava o idioma falado na parte oriental dos francos", e mais tarde, "a palavra que a princípio designava a língua passou a qualificar o povo que a falava e, depois a região por eles habitada: Deutschland (Alemanha)".

A ascensão da Prússia e a marginalização da Áustria no decorrer do século XIX, viria a influenciar a formação do Estado contemporâneo alemão. Ou seja, conforme Schneeberger (2006, p. 244), "eram três dezenas de Estados independentes, dos quais a Prússia era o mais poderoso, económica e militarmente. Interessava-lhe a unidade política, pois estava em processo de industrialização e tinha necessidade de mercados".

A conjunção de ideais liberais e nacionalistas terá concorrido para a unificação alemã, que assente na construção de linhas-férreas abrangendo territórios que pretensamente fariam parte da união, deu lugar ao paulatino e crescente incentivo à livre circulação de mercadorias, consolidando a unificação. Visentini e Pereira (2012, p. 90) referem sobre a existência de dois projectos relevantes:

i. o "projecto da Pequena Alemanha", que concebia a unificação por meio da anexação pela Prússia, "a ferro e sangue", defendida por Bismarck e a clarividente exclusão da Áustria;
ii. o "projecto da Grande Alemanha", defendido pelo Papa e pela Áustria, ampliando a confederação germânica com o ingresso de todo o Império Austro-Húngaro. Nesta, ocorre o predomínio da influência de Viena, integrando as populações alógenas no virtual novo Império alemão.

Além destes, o projecto idealizado pela burguesia alemã, segundo o qual, a "unificação se faria pelo mercado" (Visentini & Pereira, 2012, p. 90), concorreria o "projeto democrático-republicano, que queria transformar o parlamento de Frankfurt no núcleo político do novo país. Ambos os projetos foram

inviabilizados pela Revolução de 1848 e seus resultados na Alemanha" (Visentini & Pereira, 2012, p. 90).

A revolução de 1848, que se disseminou pela Europa central e oriental em função da existência de regimes governamentais autocráticos, crises económicas, inexistência de representação política das classes médias, manifestou-se nos Estados alemães pela integração de uma série de rebeliões e protestos. Tal quadro objectivava (i) um sistema unificado alemão (Estado nação) e (ii) a introdução de liberdade civis.

A divisão existente entre a classe média e os trabalhadores viria a facilitar a inviabilização da pretensão burguesa pela aristocracia conservadora e o forçado exílio dos liberais. Quanto à tentativa de unificação pelo Parlamento de Frankfurt, não foi concretizada devido à recusa do rei Frederico Guilherme IV da Prússia em governar o império, mantendo-se deste modo, a continuidade da fragmentação da Alemanha até à Unificação pela Prússia.

Como toda a mudança social impele a emergência de mentalidades tradicionais conservadoras, eclodiram guerras que visavam acabar com aqueles que eram considerados obstáculos dos projectos prussianos até à proclamação do II Reich (1871 -1918). Foi um contexto em que,

> Um a um seriam derrotados os países que se interpunham a seu projecto: em 1864, a Dinamarca; em 1866, a Áustria; e, em 1870-71, a França de Napoleão III. Em todas essas guerras foram também derrotados e subjugados os Estados alemães contrários ao projecto da Prússia. Em Janeiro de 1871 foi proclamado o Império Alemão, ou Segundo Reich, governado pelo Kaiser Guilherme I (Visentini & Pereira, 2012, p. 245).

Depois das vitórias contra os seus inimigos, com maior destaque à guerra Austro – Prussiana em 1866, Guilherme I e o chanceler Otto Von Bismarck, finalmente, alcançam a união, ganhando deste modo a designação de Império Alemão.

3 EXPANSIONISMO MERCANTIL ALEMÃO EM ÁFRICA: MOTIVAÇÕES, LÓGICA E PERIODIZAÇÃO

Ao afirmarem que a "conquista dos imensos territórios coloniais foi possível graças à superioridade militar, económica e tecnológica dos europeus", Visentini e Pereira (2012, p. 118) omitiram as racionalidades dessa caracterização europeia da época. Induziram, como se o avanço para a África fosse um voluntarismo despido de projectos, mas devidamente, estruturado.

Se a conquista foi "pela guerra e pela exploração das rivalidades existentes entre os povos destas regiões" (Visentini e Pereira (2012, p. 118), desvela uma acção intencionalmente arquitectada e que não importaria a táctica de resistência dos nativos, mas os africanos estavam votados à dominação europeia.

A descrição de Visentini e Pereira (2012, p. 118) induz apenas o preconceito da pretensa supremacia ocidental, sobre uma pretensa barbárie e inferioridade do continente negro. Era o nível ideológico mais vil de legitimar a inviabilização de uma civilização com a destruição de sua cultura, com o fito na acomodação das carências ocidentais em decorrência da precedente exploração intensiva e extensiva do território europeu.

A divisão existente na região e os projectos para a unificação, provocaram guerras até que, em 1871 Guilherme I e o chanceler Otto Von Bismarck materializam a união sob o domínio da Prússia denominando-se de *Império Alemão*. O império ter-se-á formado tardiamente e não deixou de reivindicar uma parte do continente africano no âmbito da partilha, por conta da inferioridade económica e tecnológica de Portugal.

Conforme escritos da SWAPO (1981, p. 15), a ansiedade alemã pela posse das colónias era "alimentada por motivos políticos, mais do que por considerações económicas". Não só era uma forma de deter áreas para a extracção de matéria-prima e de depósito de suas manufacturas, mas essencialmente, "realçava o prestígio nacional contra as outras potências imperialistas, deflectindo o formidável desafio da oposição socialista do país" (SWAPO, 1981, p. 15).

Essa tardia unificação, viria, de igual modo, a influenciar na cronologia sobre a corrida para a exploração e ocupação de territórios em África (1884 – 1918). Era difícil acreditar que a Alemanha se tornaria numa potência colonial, até o quadro ser mudado devido à necessidade de procurar no estrangeiro, a colocação de capitais. Ou seja, "até a guerra franco-alemã de 1870 a Alemanha não pensava em colonização" (Ramos & Sousa, 1914, p. 72).

"[…] decorridos três anos após o tratado da paz, começou a sentir-se a fome na Alemanha, pois não havia colocação para a enorme soma de capitais provenientes da indemnização paga pela França. Era uma crise de abundância de capitais (p. 72)."

Este factor aliado às necessidades que resultavam do desenvolvimento industrial constituíram a causa imediata para a Alemanha partir para expansão mercantilista em África. Estas ideias demonstram que as teorias económicas teriam constituído impulso inicial para expansão mercantilista germânica em África.

Deste modo, o desenvolvimento industrial alemão justificará, obviamente, a lógica utilitarista de colonização, tendo em conta a necessidade de obter matérias-primas para as suas indústrias. Isto é, "a África foi tomada como imenso reservatório de matérias-primas numa simulação civilizacional" (Manuel, 2008, p. 44). Visentini e Pereira (2012), abordam o seguinte:

> A motivação económica era um elemento decisivo em última instância, decorrente estruturalmente das necessidades da Segunda Revolução Industrial, e não um objectivo imediatista. Por isso um país como a Alemanha, apesar das poucas colónias, constituía uma potência mundial, na medida em que possuía uma indústria expressiva, um comércio de âmbito mundial, capacidade de exportar capitais e um exército forte. (p. 119).

Com a revolução industrial, as necessidades europeias sofisticaram-se por conta da sobre-produção e da necessidade de ampliar as fontes de matérias-primas para as suas indústrias. O mercado para o escoamento passou a ser mais exigente em termos de quantidade, justificando deste modo, as rivalidades entre as potências. Tal levará, a Alemanha a aceitar de pronto, a organização da conferência de partilha de África sob a proposta de Portugal, como estratagema de ordenar e regular as ocupações.

A África passou a ser solução para acomodar as economias e, consecutivamente, fonte das rivalidades entre as potências. Admitimos deste modo, que mais uma vez, as necessidades económicas constituíram o fundamento do estabelecimento, contrariamente ao samaritanismo civilizacional ou ao pretenso nacionalismo político alemão descomprometido com a economia.

Acerca das relações existentes entre as potências imperialistas e o continente Berço, "a exploração econômica foi a base das relações entre os países imperialistas e seus impérios, condenados a fornecerem produtos primários e consumir produtos industrializados" (Schneeberger, 2006, p. 258), transformando assim, a África, num mercado aberto.

A corrida alemã para a África terá sido justificada segundo Manuel (2008) pela pretensão seguinte:

"[…] ocupar as regiões da África do Sudoeste (as Repúblicas boers), o Sul do Congo, o Norte de Moçambique, os Camarões as regiões adjacentes ao lago Tchade e ao rio Chari, o Uganda, Sudão oriental e as duas Rodésias (p. 67)."

Inviabilizadas as suas pretensões, ocupou somente o Sudoeste africano, o Togo, os Camarões e a África oriental alemã. Correa (2015, p. 55) elenca os territórios africanos ocupados pela Alemanha, nomeadamente "Togo, Camarões, a África do Sudoeste Alemã (actual Namíbia); a África Oriental Alemã (actual Tanzânia e parte de Ruanda e Burundi)". Deste modo, o período de ocupações alemãs

conforme Ajayi (2010, p. 315) compreende o "sudoeste africano em Abril de 1884 e o Camarões em Julho do mesmo ano".

A respeito da efectivação da dominação colonial europeia, considera-se que foi difícil pelo facto de que, a consciência africana não permitiria assistir a marginalização da sua cultura e aceitar a bel-prazer novas sobredeterminações culturais. As resistências, cedo estalaram pondo em causa a influência colonial em determinados espaços, como reconhece Boahen (2010):

> Os alemães, por exemplo, conseguiram estabelecer efectivamente sua dominação no sudoeste da África no final do século XIX, essencialmente em função da hostilidade de mais de um século que impedia a união dos Nama e dos Maherero. No Togo, os alemães aliaram-se aos pequenos reinos dos Kotokoli e dos Chakossi para mais facilmente esmagar a resistência dos Konkomba (1897-1898), dispersos, e dos Kabre (1890). Em Camarões, foi ao norte que o comandante alemão major Hans Dominik encontrou mais dificuldades. Em 1902, porem tinha logrado submeter os principados Peul. Em compensação, a conquista da África Oriental Alemã foi a mais feroz e mais demorada de todas as guerras de ocupação efectiva, prolongando-se de 1888 a 1907 (p. 42- 43).

As hostilidades existentes entre os grupos étnicos locais, a princípio, influenciaram na efectivação da ocupação alemã em África, que se caracterizou em três períodos distintos: (i) o primeiro, que inicia na década de 1880 e vai até princípios da primeira década do século XX. É marcado por um grande ânimo e atitude de confiança quanto à colonização. Embora apresenta traços que caracterizam o primeiro, (ii) o segundo, que é marcado por uma sucessão de guerras que chegaram a ameaçar a agenda colonial, inicia por volta da última década do século XIX, porque desde cedo as resistências estalaram-se por conta da tomada de consciência sobre os problemas oriundos da presença europeia, e vai até por volta de 1907; (iii) o terceiro período que termina oficialmente em 1919 por conta das privações dos territórios alemãs em África, fruto do desfecho do primeiro grande conflito mundial (1914-1918).

O primeiro conflito Mundial é consequência das rivalidades entre as nações europeias semeada há séculos por conta de disputas económicas, firmamento nacional, e marcada destacadamente pela contradição de territórios ocupados na Europa e a inviabilização dos projectos colonias em África.

4 INÍCIO DA PRESENÇA ALEMÃ

A década de 80 do século XIX, especificamente no ano de 1884, marca o início da anexação de territórios africanos pelos alemães. A corrida tardia na ocupação de espaços africanos viria a justificar o estado de suas colónias – pequenas e desprovidas de matérias-primas.

A Conferência de Berlim definida como meio para regular as relações entre os países europeus à respeito da ocupação de espaços africanos, impulsionará a anexação de regiões, devido a introdução de "regras uniformes relativas as ocupações" (Manuel, 2008, p. 54), num quadro económico, tecnológico e social precedente não uniforme entre as potências.

Motivada por questões, tanto internas, nomeadamente o crescimento da população e industrial, como externas, a expansão imperialista da Grã-Bretanha e da França, a Alemanha viria a ocupar os territórios dos Camarões e do Togo na África ocidental, o Sudeste Africano e a África Oriental que compreendia o Tanganica, o Ruanda e o Burundi.

O colonialismo desenvolveu-se como um sistema que visava controlar as comunidades africanas através do trabalho, do aprisionamento e da conversão a escravos.

Apesar da acirrada ideia de dominação levada a cabo pelos alemães, não viria a concretizar-se tão facilmente, devido às resistências africanas que se apresentavam com a ideia mais clara de "vitalidade africana", resistindo à imposição cultural europeia e a tentativa de evitar a corrupção da genuinidade de suas sociedades.

Estas resistências punham em causa a ocupação, mas o "emprego da força, em combinação, quando possível, com alianças diplomáticas com um grupo contra o outro" (Boahen, 2010, p. 171) apareceram como recursos eficazes. Aos joguetes de *dividir para reinar*, alguns autores assumiram como acções diplomáticas do Ocidente à ocupação de África.

A implementação da administração colonial era seguida de razias militares, como descreve Boahen (2010, p. 383), do sucedido entre 1904 e 1907, em que "o governo da Alemanha imperial conseguiu esmagar impiedosamente a agitação dos africanos em Camarões, no Sudoeste Africano (hoje Namíbia) e na África Oriental Alemã (atual Tanzânia)". Assistia-se em simultâneo, a implementação de um sistema de educação e modelos de trabalhos compagináveis com os ideais coloniais e distanciados da identidade africana.

5 SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS PELA ALEMANHA

5.1 A SOCIEDADE E O SISTEMA EDUCATIVO

A expansão consuma-se com um conjunto de projectos empresariais sob a protecção do Estado, cuja concretização não era uma simples ideia, mas a integração do homem negro na sanha colonial. Era a força de trabalho nos campos para garantir o incremento da produção dos sectores, agrícola e mineiro.

A educação e ensino do africano em moldes ocidentais era para o Ocidente, enquanto instrumento estratégico mais acabado para produzir negros hábeis que executassem os ideais e a missão colonial europeia.

A evocação da educação como forma de melhor integrar o homem africano no sistema colonial tanto a nível económico como administrativo, é descrita por Wesseling (2004) cit. Correa (2012), com as seguintes pretensões:

a) suscitar a emergência de uma classe de trabalhadores manuais à economia colonial;

b) divulgar conhecimentos básicos entre os nativos para o funcionamento da ordem colonial;

c) garantir a formação de quadros nativos para a administração colonial (p. 67).

Não era, portanto, uma agenda descomprometida com a exploração e com a subjugação. Apesar de ter, tendencialmente, ignorado os seus efeitos no *day after*, pois "a instrução, não importa de quem procede, uma vez adquirida constitui-se numa força autónoma incoercível" (Ki-Zerbo, 1972, p. 117). Era a convocação da instrução durante a eclosão nacionalista africana.

A implementação da educação ocidental e o proselitismo religioso ocidental suscitarão, inevitavelmente, o choque cultural. Professores estrangeiros ensinavam os nativos ignorando de forma orientada os traços culturais locais, como forma de fertilizar a absorção da missão colonial – uma total negação dos povos africanos para legitimar a exploração dos seus territórios.

Este quadro permite-nos aferir a partir de Correa (2012), que as colónias constituíram:

"[…] um espaço de confrontos, sendo a escola um lugar privilegiado de fronteiras (culturais, linguísticas, religiosas, etc.), onde diferentes realidades se cruzaram, se interpenetraram, plasmando uma nova realidade cultural (p. 67)."

Situação cuja coabitação, escassamente resultaria pacífica, nem na época e nem em décadas e senão mesmo, séculos subsequentes. O mesmo autor (Correa, 2012), reflecte sobre a educação colonial como tendo um duplo papel, nomeadamente:

i. educar os filhos dos nativos de modo a torná-los diferentes de seus pais, isto é, instruir menores tendo em conta os cânones vigentes da cultura europeia e servirem de fertilizantes em relação aos pais;

ii. preservar a base cultural aos filhos dos imigrantes alemães (proprietários rurais, comerciantes, funcionários da administração colonial). Ou seja, incuti-los as condições mínimas para enquadrá-los no *status quo* da sociedade colonial.

Essa dualidade de desenraizar um e enraizar permite-nos percepcionar que o papel real da educação colonial alemã era um instrumento acabado de destruição da identidade africana e "consistia em civilizar as crianças negras e evitar a cafrearização (*Verkafferung*) das crianças brancas" (Correa, 2012, p. 70, itálico do autor). Civilizar é entendido aqui, como desenraizamento por via da aculturação, evitando a transculturação europeia. Pois,

> Uma vez incorporados ao império alemão como colónia ou área de protecção (Schutzgebiet), vastos territórios africanos foram vistos como uma Alemanha tropical. Mas o sucesso do empreendimento colonial dependia, sobretudo, da força-de-trabalho dos nativos. Para isso, era preciso educar os nativos para o trabalho nos moldes do capitalismo (Correa, 2012, p. 70).

A par de outras potências, a Alemanha deixou a educação a cargo do terceiro sector, isto é, "o ensino terá sido confiado às missões e com a redução expressa das línguas locais, em benefício de uma cultura mais geral" (Manuel, 2008, p. 142).

Competia às missões cristãs "[…] sobretudo, a cristianização das crianças nativas" (Correa, 2012, p. 75). Tratou-se de um mecanismo ideológico de descontinuar as culturas africanas milenares, visando facilitar a extração ocidental dos recursos. As consequências desse mecanismo são observadas na contemporaneidade, a partir do "choque discursivo e de acção das correntes afrocêntricas, defendendo o conhecimento pluriversitário e eurocêntrico eivado pela primazia do conhecimento universitário" (Manuel, 2022, p. 2) em relação às opções de governação dos Estados africanos.

O facto de o ensino colonial alemão ter-se realizado na língua nativa suscitara debates sobre o impacto e a necessidade do ensino da língua alemã nas escolas para os nativos. Tal era segundo Correa (2012, p. 75), por conta da "demanda por trabalhadores africanos para serviços da administração colonial e de sociedades empresariais alemãs". Pois,

> […] os serviços públicos de obras, de transporte, de comunicação e dos postos militares, entre outros, recrutavam trabalhadores nativos, assim como a iniciativa privada na agricultura (especialmente, nas *plantations*), na indústria e no comércio (p. 75, itálico do autor).

A preocupação levantada pelo educador e linguista alemão Carl Meinhof (1857 – 1944), um dos primeiros a estudar as línguas africanas incide sobre a ameaça da língua inglesa no Togo.

Embora vista como língua comercial, a expansão da língua inglesa nas colónias alemãs, a exemplo do Togo, obrigou a administração colonial a proibir qualquer língua estrangeira que não fosse o alemão. Era uma forma de reprimir o uso do Inglês que estava "em voga em algumas escolas

missionárias" (Correa, 2012, p. 77). Como se não bastasse, era disponibilizado "um fundo para a expansão da língua alemã nas diferentes colônias" (Correa, 2012, p. 77).

Deste modo, "em 1914 foi previsto 20.000 marcos para África oriental, 60.000 marcos para Camarões, 25.000 marcos para Togo e 9.000 marcos para a colônia do sudoeste africano" (Pabst, 1988, cit. Correa, 2012, p. 77).

Existia distinção quanto à tipologia das escolas (oficiais e missionárias) e respectivas modalidades de acesso, que em primeira instância eram ditadas pela condição socioeconómica e racial. A educação para os nativos foi usada como instrumento para consubstanciar os projectos coloniais, formando mão-de-obra para assegurar o sistema. Cohen (1993) convocado por Correa (2012) descreve a educação escolar nas colónias como sendo:

> […] hierárquica e reproduzia uma visão de mundo (Weltanschauung) na qual brancos e negros tinham papéis distintos: os primeiros eram educados para dar ordens e os últimos para obedecer. Escusado lembrar que o discurso civilizatório tanto do cristianismo missionário quanto do colonialismo enfatizava o trabalho dos nativos como meio de integrá-los não apenas economicamente, mas também culturalmente ao capitalismo. Assim, escolas missionárias e governamentais foram fundamentais ao projecto colonial no que tange à formação de "bons trabalhadores" (p. 70, vírgulas altas do autor).

Não importava o nível de escolaridade do homem negro e se havia frequentado uma escola missionária ou oficial, o seu destino estava definido – subalterno do homem branco. A imposição de trabalho sobre os nativos era a irrepreensível forma de integração desses no sistema colonial.

5.2 AS FORMAS DE TRABALHO

A administração colonial alemã adoptou duas medidas trabalhistas, nomeadamente:

i. a oficialização de um sistema coercitivo e tributário (principalmente em regiões mais afastadas do litoral, onde o controle direito dos trabalhadores pelos colonos era difícil);
ii. a introdução de uma economia monetária, com a constituição de uma forma de contracultura com a conformação de incitar o africano a trabalhar para o colonialismo.

No primeiro caso, aferimos que "a ideia da tributação colonial respondia, em parte, à constatação dos colonizadores de que os salários (quando era o caso) não eram suficientes para estimular os trabalhadores" (Correa, 2015, p. 56).

No segundo caso e face à identidade comunitarista e não patrimonialista de África, "em algumas culturas africanas, havia resistência à ideia do dinheiro como um valor para comprar e vender,

como unidade monetária, para remuneração do trabalho ou como indicador de riqueza" (Correa, 2015, p. 56). Situação que sugeria à administração colonial a imposição cultural do trabalho.

Numa e noutra medida, o trabalho exigido aos nativos era um meio de se encaixarem económica e culturalmente ao capitalismo. Foi assim, que em discursos civilizacionais, tanto do cristianismo missionário quanto do próprio colonialismo a tónica era implantar um sistema colonial capitalista, não importava o nível socioeconómico dos nativos.

O trabalho conotava-se de forma ambígua, "o trabalhador não era visto como alguém produtor de riquezas, pois era a ingerência do colonizador que emprestava um carácter transformador ao trabalho" (Correa, 2015, p. 57). O labor dos africanos era encarado como modo de disciplinar e também, como modo produtivo.

Como consequência dessa dualidade, a alienação constituiu uma das características mais evidentes do trabalho nos territórios sob o domínio alemão. Influenciou na identidade cultural dos indivíduos e na organização da comunidade em geral, já que, a emigração dos habitantes das aldeias era constante devido aos tributos exigidos pela administração colonial. Levou a derrocada da economia aldeã e em muitos casos, levou ao desaparecimento de muitas aldeias.

5.3 ÁFRICA OCIDENTAL ALEMÃ

A África Ocidental alemã compreende os Camarões e o Togo, ambos anexados na década de 1880. O interesse dos alemães nos Camarões centrava-se nas potencialidades agrícolas.

O Togo foi protectorado alemão entre 1884 e 1916, território que compreendia uma parte da actual região do Volta. Na segunda metade da década de 80 as incursões fariam ampliar a influência alemã gradualmente para o interior.

A conquista destes territórios viria a concretizar-se com o recurso a alianças e incursões militares, uma vez que, "no Togo, os alemães aliaram-se aos pequenos reinos dos Kotokoli e dos Chakossi para mais facilmente esmagar a resistência dos Konkomba (1897-1898), dispersos, e dos Kabre (1890)" (Boahen, 2010, p. 43).

Já nos "[…] Camarões, foi ao norte que o comandante alemão major Hans Dominik encontrou mais dificuldades. Em 1902, porém, tinha logrado submeter os principados Peul" (Boahen, 2010, p. 43). Manuel (2008) descreve em relação aos Camarões, o seguinte:

> […] inicialmente confiados a comerciantes segundo o método de Bismarck, as dificuldades de conquista e de submissão obrigarão a passar o território para o domínio militar e da

> administração alemã, que com forte expedição destruirá em 1894 nos montes Camarões um pequeno contingente de resistentes (p. 141).

Apesar do espírito acolhedor dos africanos que culminou com a permissão da união do Chefe militar alemão, o Major Dominik com uma rapariga nativa, não fez com que o mesmo baixasse a guarda na prossecução dos objectivos alemães, tendo mesmo levado à forca os resistentes. Por esta razão "a parte norte e centro serão sujeitos à administração indirecta" (Manuel, 2008, p. 141).

Depois de sucessivas e prudentes demissões dos chefes militares alemães devido à revolta dos soldados daomeanos (nativos de Daomé) e a tentativa frustrada de incorporar mercenários sudaneses, "no Sul implementa-se a administração directa, introduzindo a iniciação dos filhos dos chefes locais na tradição do exército alemão" (Manuel, 2008, p. 141).

5.3.1 Quadro económico

A preocupação para com a economia das colónias representava, expressamente, a base ideológica da ocupação dos territórios, como forma de expandir não só as terras para a exploração de matérias-primas, mas também como mercado de escoamento de produtos manufacturados.

Ainda assim, registamos que "nas colônias do Togo e Kamerun, a floresta densa foi um dos empecilhos para a colonização" (Correa, 2011, p. 364) e para tal, medidas foram tomadas para o melhor aproveitamento dos espaços e respectivos recursos. "Os alemães procuraram explorar economicamente cada bioma ou ecossistema africano" (Idem). Estas medidas incluíam o desmatamento de áreas florestais para torná-los em zonas economicamente produtivas.

Como a exploração colonial consubstanciou-se com a presença de companhias que obtinham concessões para a prática de actividades económicas, "a Nord-West Kamerun Gesellschaft recebera em 1890 uma concessão de 100 000 quilómetros quadrados". Depois de a companhia ter explorado a borracha "tal como a Sociedade Bidundji, passa para as plantações de banana, de café, de cacau, de borracha de cultivo, de palmeira de dendém" (Ki-Zerbo, 1972, p. 132-133).

A produção em grande escala exigira a abertura de estradas e caminhos-de-ferro, conforme Manuel (2008, p. 142) aludindo a abertura do "Caminho-de-ferro do Norte entre Duala e Nkongsamba e mais tarde de Duala à Yaondé que tornaram activo o tráfego fluvial pelo Benué, Ogué, Logone e Chari". Era uma relevante rede viária e ferroviária, objectivando assegurar a exploração económica dos territórios ocupados na perspectiva de mantê-la em linha com o parque industrial da metrópole.

Sobre o controlo do comércio, Manuel (2008) considera que "era monopolizado pelas grandes companhias como a Graft Von Schlippenbach, que empregará 300 europeus e 700 africanos" (p. 142), o segundo grupo que trabalhava arduamente dia após dia.

Apesar de em "1896, um decreto imperial de Guilherme II [ter criado] as terras da coroa (*Kron-Land*), que englobavam todas as terras consideradas vagas" (Ki-Zerbo, 1972, p. 133), fora publicada a necessidade de preservar os terrenos indígenas dos excessos das companhias. Uma situação que faria emergir a criação de comissões agrárias (*land Komissionen*) em 1904. Deste modo, Manuel (2008) reflecte que,

> Foi desta forma que o regime obriga-se a estruturar um sistema multiforme e minucioso observando: (i) o apuramento das raças locais, (ii) a pesagem dos trabalhadores, (iii) as visitas às plantações, (iv) as pesquisas geológicas e (v) as estações de melhoramento de espécies (p. 142).

No Togo, os administradores coloniais viriam a implantar grandes lavouras tropicais de exportação no país, que compreendiam o cacau, café e o algodão. Para além da construção de estradas e pontes para as zonas montanhosas do interior, sucede em 1905 a construção de caminhos-de-ferro em Lomé, ao longo da costa a Aného, para a região de Palime dois anos depois e em 1911 a *Hinterlandbahn* [1] para Atakpamé.

Para além da questão das tentativas de exploração e controlo dos recursos humanos nos territórios alemães, a pretensão de controlar a vida selvagem por meio da regulamentação da caça foi notória, a exemplo do "gorila no Kamerun" e "à pesca ao peixe-boi no Togo" (Correa, 2011, p. 365).

A regulamentação da caça terá imperado como uma necessidade colonial e principalmente, como via de melhor controlar a exportação do marfim e de outros derivados de animais selvagens. A colónia dos Camarões destaca-se, por conta dos seguintes factores:

i. a densidade florestal e sua conversão para fins agrícolas face às queimadas frequentes, com a justificação tradicional africana de aumentar as áreas de cultivo, o que afectava sobremaneira a fauna e a flora;
ii. a existência de uma variedade de espécies animais e as doenças frequentes, obrigavam muitas vezes ao abate de animais com vista, principalmente, a evitar epidemias.

[1] *Hinterland* termo em alemão, que em Português Hinterlândia, literalmente significa a 'terra de trás' (de uma cidade ou porto). Em alemão, a palavra também se refere à parte menos desenvolvida de um país - menos dotada de infraestrutura e menos densamente povoada, sendo também sinônimo de sertão ou interior. O Termo *Bahn* significa comboio. *Hinterlandbahn* – termo alemão que em português significa linhas-férreas para a cidade do interior.

5.3.2 O ensino

O ensino dos nativos terá sido encarregue às missões e feito na língua alemã, o que exprimia uma redução das línguas nativas, com vista a se atingir uma generalização cultural do colonizador. Apesar da redução das línguas nativas, o facto de que, desde muito cedo a Alemanha abrira portas para estudantes dos Camarões, sucedera que "a partir de 1911, naturais dos Camarões [ensinassem] *ewando* e *duala* na Universidade de Hamburgo" (Ki-Zerbo, 1972, p. 133, itálico do autor).

Vale destacar, que no Togo, fizeram-se presentes missões tanto católicas, como protestantes, como foi o caso da Missão da Alemanha do Norte (*Norddeutsche Mission*) destacada, inclusive, pela educação dos africanos desde os últimos anos do século XIX. Essa situação fará com que personagens desse território saíssem rumo à Alemanha, como exemplo, Andres Aku e Robert Baëta, que "em Westheim, o primeiro estudou entre 1884 a 1887 e o segundo entre 1897 e 1900" (Correa, 2012, p. 71).

Retornados ao seu país viriam a ocupar cargos religiosos de destaque, é assim que, "Andres Aku foi líder da Igreja Presbiteriana no Togo. Já Robert D. Baëta foi ordenado pastor em 1917 e cinco anos depois foi escolhido para secretário-geral da Igreja Evangélica no Togo, então já sob domínio francês" (Correa, 2012, p. 71).

Robert Stephen Kwami (1879-1945), filho de antigo escravo que fora libertado por missionários, apresenta-se como o último exemplo, mas não sem importância. Pois,

> Se o pai conheceu a fronteira entre escravidão e liberdade, o filho atravessaria outras fronteiras. Em 1894, o jovem Kwami de 15 anos foi para a Alemanha, onde estudou na escola missionária Ewe em Westheim. Três anos depois, retornou para o Togo, onde iniciou suas atividades como educador em Ho (Correa, 2012, p. 72).

A docência que desempenhou atendeu, não só os nativos da missão, mas também àqueles que faziam parte da administração colonial. Foi considerado um poliglota, que para além de dominar a língua *ewe*, revelou-se fluente em Inglês e alemão.

O espaço transcultural (entre cultura *ewe* e a alemã) viria a ser ameaçado pela Primeira Guerra Mundial, uma vez que a colónia do Togo ficou dividida em duas partes, uma sob domínio inglês e outra parte sob domínio francês. Ainda assim, Kwami manteve-se no Togo "assumindo a direção da comunidade *ewe* de Amedzofe. Mais tarde, seria ele um dos fundadores da Igreja Independente Ewe. Atuante na ex-colônia alemã do Togo, Kwami sempre manteve regular correspondência com a Norddeutsche Missionsgesellschaft" (Correa, 2012, p. 72, itálico do autor).

5.4 ÁFRICA ORIENTAL ALEMÃ

A África Oriental Alemã é a designação que recebe o espaço ocupado pelos alemães na parte oriental do continente Berço, corresponde aos territórios de Tanganica e a região de Ruanda-Urundi. Esta última viria, mais tarde, a dar origem aos territórios do Ruanda e do Burundi.

Se "entre 1888 e 1902, os alemães realizaram 84 operações militares na região de Tanganyka" (Correa, 2010, p. 474), a penetração de zonas limítrofes para o interior era uma consequência inevitável. "O colonialismo alemão se interiorizou na região a partir de 1901" (Correa, 2010, p. 474) dando lugar à implementação de uma administração que permitisse o melhor aproveitamento dos recursos naturais.

Com uma administração tendencialmente mista, identificada por Manuel (2008) como sendo "de dois tipos: (i) Indirecta através dos *Mwanis* no Ruanda e Burundi e (ii) Directa assimilacionista no Tanganica, com quadros administrativos integrados por árabes, suaílis de nível bastante medíocre e não autóctones" (p. 143).

A opção pela mediocridade revelar-se-á fatal quando os territórios se emanciparam, porque essa passou a ser a marca definidora da administração autónoma dos Estados independentes.

Caracterizado como uma região favorável para à agricultura, o Tanganica será caracterizado da seguinte forma:

> […] pela parte meridional do país, os africanos foram estimulados pelos brancos – a princípio, os missionários, depois, as autoridades coloniais – a se dedicar às culturas de exportação, basicamente algodão e café. Além disso, foram criadas fazendas coletivas para a cultura algodoeira. Em 1908, os africanos produziam dois terços das exportações de algodão do Tanganica e, em 1912, mais de 70% do total dessas exportações (Rodney, s.d., Boahen, 2010, p. 183).

Sobre a exploração agrícola, "em 1893 a Alemanha inicia a cultura do sisal, seguido do algodão, do café e do amendoim, enquanto que os minerais representados pelo diamante [era] explorado em Shinyanga" (Manuel, 2008, p. 143).

A necessidade de transporte de mercadorias impelira a administração colonial à abertura de linhas-férreas. "Em 1914 eram abertas as linhas-férreas do Norte (Bujumbura) e do Sul" (Manuel, 2008, p. 143).

5.5 CULTURA E NATUREZA

Apesar de o colonialismo alemão ser de curta duração (da década de 1880 até 1918) viriam a encontrar empecilhos que sem estarem ultrapassados, não se aproveitaria plenamente o que as colónias tinham a oferecer. Estes empecilhos, como as densas florestas, refere Correa (2011) que, para "além do desmatamento em áreas florestais, outras técnicas de domínio da natureza foram empregadas com o fito de tornar as regiões produtivas em termos económicos" (p. 363).

A domesticação da natureza tropical fazia parte dos projectos alemães, imperando a necessidade de as autoridades coloniais implementarem uma série de medidas para o efeito. No entanto, alguns segmentos alemães teriam-se oposto, deste modo, referem Ribeiro e Gebara (2013, p. 14) que, "em 9 de Março de 1907, um artigo de um oficial da Marinha alemã, Hans Paasche (1881-1920), foi publicado no jornal de Dar es Salaam", como forma de dar voz às criticas que se inscreviam sob a polêmica frase do governador da África Oriental Alemã, Albrecht von Rechenberg: "Ou temos uma colónia ou um jardim zoológico"(Ribeiro & Gebara, 2013, p. 14), frase que se transcreve como um dos dilemas de sua administração nesta parte da África sob domínio alemão.

O governo de Rechenberg, marcado por radicalismo em suas medidas, deixava claro a sua despreocupação em relação à vida selvagem, tendo originado uma mobilização de amadores da caça desportiva e de um movimento em prol do principiante proteccionismo ambiental que dividiu opiniões, tanto na Europa como na África. Dava a ideia clara de como seria difícil, a tarefa de regulamentar a caça, por intermédio da adopção e fazer-se cumprir medidas de preservação da natureza e da vida selvagem sem pôr em causa o desenvolvimento económico colonial.

A necessidade de regulamentação da caça, era conforme Ribeiro e Gebara (2013), "uma forma de controlo imprescindível ao poder colonial, sobretudo em uma região vasta, onde a caça era praticada por vários grupos étnicos". Assim a AOA entendia que, "normatizar a caça ao elefante era crucial para manter o controle do comércio de um dos principais produtos de exportação da colónia, o marfim, outrora nas mãos dos suaílis" (p. 17) passou a ser gerado pela administração colonial, cujas limitações eram extensivas aos colonos.

A regulamentação sobre a caça era tida como via para melhor controlar o comércio das espécies, visando a protecção e a preservação das espécies, que podiam influenciar na economia alimentar. Isto é,

> Além de controlar o comércio (de marfim, peles, plumas etc.), a regulamentação da caça interferia na economia alimentar e de todo um mercado simbólico, tanto para os colonizadores quanto para os demais grupos sob domínio colonial. Ao mediar a relação cultura e natureza, a regulamentação de caça e as demais medidas de protecção/preservação da natureza e da vida

> selvagem no espaço colonial impactaram a estrutura social, económica e política de várias comunidades nas quais a caça tinha múltiplas funções (Ribeiro & Gebara, 2013, p. 17).

Apesar dessa constatação, havia certa distinção quanto à prática da caça, nomeadamente, "a caça esportiva praticada pelo *sportman* em busca de troféu, a comercial praticada pelo profissional em busca de mercadorias (plumas, peles ou marfim...) e ainda a caça tradicional para fins alimentares, sociais e/ou de controle ecológico" (Ribeiro & Gebara, 2013, p. 17, itálico dos autores).

Referindo-se às fronteiras dos três tipos de caça, os autores reconhecem que "muitos caçadores profissionais também eram amadores da caça esportiva. Caçadores nativos também se envolviam em caçadas com finalidades comerciais ou em expedições de amadores da caça esportiva".

Existia igualmente a caça para fins investigativos, com a finalidade de "servir à ciência dos impérios, notadamente à zoologia. Animais conservados em formol ou empalhados ou apenas o seu esqueleto ou partes do seu corpo eram enviados para os museus de história natural da Europa" (Correa, 2011, p. 365).

A predominante variedade de espécies animais e o consequente surgimento frequentes de doenças, obrigara muitas vezes o abate de animais com vista a evitar epidemias. Este factor terá justificado o governador da AOA, Von Rechenberg a ordenar em 1910, uma chacina sem precedentes, tendo constituído para alguns autores, "um escândalo civilizatório" (Correa, 2011, p. 372), e para outros, recebido o desígnio de "holocausto na África Oriental" (Ribeiro & Gebara, 2013, p. 21).

Assim, ao referir sobre o *holocausto na África Oriental* faz menção, que "para Rechenberg, a matança de milhares de animais selvagens seria a única alternativa para evitar a peste bovina, supostamente detectada na vizinha África Oriental Britânica" (Wächter, 2008, cit. Ribeiro & Gebara, 2013, p. 21).

5.6 SUDOESTE AFRICANO

O Sudoeste africano, território da África austral, assim dominado pela Alemanha. Interpretando Manuel (2008), apresentava-se bastante desfavorecido, devido ao clima predominante, desértico, mas local onde existia algumas minas de ouro e exploradas pelos alemães até à anexação pela União Sul-africana.

Apesar de as delimitações fronteiriças e a ocupação de territórios terem sido decididos na Conferência de Berlim (1884-1885) pelas principais potências,

> […] foi somente nos últimos anos do decénio de 1890 que os alemães iniciaram a subjugação do povo namibiano pela força. Detido pela acção diplomática intensa e pela resistência dos

> dirigentes hereros e namas, o regime colonial do Governador Leutwein (1894-1905) adoptou a táctica cínica do dividir para conquistar, desapossando alguns grupos para subornar e forçar outros a colaboração (SWAPO, 1981, p. 13).

A insatisfação local relativamente à ocupação foi evidente com a emergência de revoltas dentre as quais, a "guerra colonial". Correia (2012, p. 69) descreve que "apesar das guerras coloniais, o sudoeste africano recebeu um número significativo de imigrantes alemães", os quais viriam compor a estrutura demográfica do território ocupado dando lugar à uma coexistência instável com os autóctones.

Embora com um clima árido e não favorável para a agricultura, registamos que "a população branca do sudoeste africano era três vezes a população branca da colónia alemã da África Oriental, quase dez vezes aquela dos Camarões e 43 vezes aquela do Togo" (Smith, 1978, cit. por Correa, 2012, p. 70). Desvelou-se o território mais prometedor para migrantes alemães, o que levou à acentuação demográfica.

A razão da "preferência dos imigrantes alemães pela região subtropical tem a ver com as informações, inclusive científicas, que circulavam na Alemanha" (Correa, 2012, p. 80), sobre as teorias de adaptação de europeus nas áreas tropicais e subtropicais, ao que a imprensa alemã da época, favoreceu a divulgação das mesmas.

Eram divulgados os anúncios sobre os empregos, os cuidados da administração colonial em relação aos territórios, tornando-os acolhedores às famílias alemãs. Correa (2012) quando aborda que para além de construções missionárias, hotéis, prefeituras, restaurantes, estações férreas, postos de correios, hospitais, prisões, casernas e escolas, faziam do sudoeste africano um lugar germanizado, factos que viriam a concorrer também no favorecimento da imigração de alemães na colónia do sudoeste africano.

Os anúncios de empregos incluíam professoras o que incentivava a imigração de mulheres alemãs, na maior parte solteiras, que se ofereciam para dar aulas nesta colónia. Alguns anúncios sugeriam, nomeadamente:

"[…] empregos domésticos a jovens, algumas delas ainda na Alemanha, e outros [tratavam] de possíveis uniões matrimoniais com homens alemães solteiros ou viúvos já estabelecidos na colônia do sudoeste africano (Correa, 2012, p. 80)."

A densidade demográfica impelirá, deste modo, à administração colonial alemã a responder às necessidades de escolarização do território.

Um quadro que justificaria a abertura de escolas, "a primeira Regierungsschule para crianças brancas foi criada em Windhoek em 1894. Para as aulas foi nomeada a professora Helene Nitze" (Correa, 2012, p. 74). Nos anos que se seguiram, deu-se por exemplo, a abertura de outras escolas governamentais como a de Gibeon em 1900, e a de Swakopmund, um ano depois.

Quanto ao número de escolas na colónia, Schnee (1920) cit. Correa, (2012, p. 74) inventaria que "em 1912, a colónia alemã do sudoeste africano contava com 17 escolas governamentais, inclusive duas escolas secundárias (Realschule) em Windhoek e Swakopmund". No mesmo ano (1912) ocorre a abertura de um jardim-de-infância (apresentada como mecanismo de promover a língua no seio das crianças brancas) em Lüderitzbucht.

Uma confrontação demográfica de Correa (2012, p. 81) indica que "nas demais colónias alemãs na África tropical, a população branca era pequena" e por isso, "a demanda escolar para seus filhos não foi tão importante quanto na Namíbia".

Devido à inexistência de escolas governamentais para os nativos, suas aulas viriam a ser "integradas às actividades missionárias. A administração colonial se encarregava apenas com a educação das crianças brancas, mas dividia alguns encargos com as comunidades dos imigrantes alemães" (Correa, 2012, p. 81).

Apreendemos que o desempenho do trabalho missionário caracterizou-se em duas dimensões: (i) junto das populações nativas para a incorporação de colónias ao império alemão, e mais tarde, (ii) apoiando a administração colonial na educação dos africanos.

A expropriação das terras e do gado, bem como a obrigação de trabalhar para os colonos, foram os principais aspectos que atiçavam a insatisfação no seio das comunidades nativas. A efectivação da colonização alemã teve de enfrentar deste modo, revoltas constantes, as quais a administração colonial respondia de forma severa e sem remorsos. Os *hereros* e os *ndamaras* destacam-se como grupos que mais obrigaram os alemães a verem alguns de seus planos e objectivos de conquista a não serem cumpridos a prazo.

Após refregas militares com os nativos,

> […] a economia colonial passou a depender, em grande parte, da mão-de-obra migrante dos ovambos para as minas e estradas de ferro, com os cantactos do regime colonial com os ovambos limitando-se estritamente a tratados de "protecção" e à "persuasão" diplomática (SWAPO, 1981, p. 15).

O ambiente teria favorecido às construções de estradas, linhas-férreas, portos e telecomunicações, como parte do alcance dos objectivos da administração colonial.

A construção de ferrovias abre-se em 1895 com uma pequena linha de mineração em Cape Cross. A construção de grandes projectos evidenciou-se em 1897 quando a autoridade colonial teria dado início à construção da ferrovia estadual de Swakompmund para Windhoek e terminada em 1902. Encarregou-se da construção da linha de Swakompmund para Tsumeb através da Otavi, a Companhia de mineração e ferrovia Otavi, entre 1903 e 1906, e nos anos seguintes uma filial de Otavi para Grootfontein (1907/1908).

Com uma ideologia de incentivo ao povoamento branco, como forma de reproduzir a sociedade alemã em África, a Paul Rochrbach, chefe da Comissão colonizadora, foi confiada a tarefa de explicar aos nativos, como deviam proceder, nomeadamente:

> A decisão de povoar o Sudoeste Africano significa apenas que as tribos nativas devem retirar-se das terras onde apascentam o seu gado e deixar que o homem branco pastoreia o seu gado nas mesmas terras. Se os direitos morais deste ponto de vista forem postos em dúvida, a resposta é que para um povo com o nível cultural dos nativos sul-africanos, a perda do seu barbarismo natural livre e a formação de uma classe de trabalhadores para o serviço e na dependência de brancos é acima de tudo uma lei de sobrevivência da mais alta ordem (SWAPO, 1981, p. 18).

A destruição da base económica nativa teria obrigado os grupos étnicos residentes a se rebelarem, mas a severidade da resposta da administração colonial não se fez esperar, eliminando não só a população, mas também os seus recursos. Deste modo, o governador Leutwein afirmou em 1906, o seguinte: "A um custo de várias centenas de milhões de marcos, dos três valores económicos da colónia – mineração, lavoura e mão-de-obra nativa – destruímos o segundo inteiramente e duas terças partes do terceiro" (SWAPO, 1981, p. 18).

Nessa época, os capitalistas da região viram o grande fervor económico do sector mineiro no Sudoeste africano, sendo que, "a produção na mina de cobre de Tsumeb - ainda hoje a mais rica do país - foi iniciada em 1906. E em 1908, ao serem descobertos diamantes no solo arenoso da região sul do Deserto de Namib" (SWAPO, 1981, p. 18).

Uma caracterização que motivou as companhias e aventureiros a procurarem por mais riqueza naquele solo, tendo principalmente, enriquecido a própria administração. Por este motivo,

"[…] estradas de ferro serpenteavam entre as cidades principais e os portos; as empresas de transporte e de construção não tinham mãos a medir; e as cidades e vilas assistiram à proliferação rápida de uma nova pequena burguesia (SWAPO, 1981, p. 19)."

Os gigantescos lucros acirraram o espírito explorador alemão à custa de vidas dos autóctones subjugados e do sector mineiro, o mais representativo era enaltecido nos seguintes termos:

> O capital alemão tinha encontrado finalmente, nos campos diamantíferos do deserto, o paraíso financeiro com que sonhava. Entre 1908 e 1913 as empresas de mineração exportaram 5 1/2 milhões de quilates, e somente em 1913 as exportações de diamantes subiram a 1 1/2 milhão de quilates, no valor de 5,4 milhões de randes. Uma companhia vendeu os seus diamantes por um valor, 15 vezes maior que o custo de sua extracção das areias do Namib, e pagou aos seus accionistas um dividendo de 175%. Outra companhia pagou a percentagem assombrosa de 2.500%. Por seu turno o regime colonial recolheu 6 milhões de randes de impostos, entre 1908 e 1913, sobre serviços e financiamentos aos seus colonos (SWAPO, 1981, p. 19).

Um conjunto de dados que evidencia a fonte da prosperidade e do crescimento económico alemão a partir dos territórios ocupados. Será que tal prosperidade permitia compreender a situação real em que se encontravam os nativos?

A exploração mineira no Sudeste africano impôs a necessidade de elevada mão-de-obra, que fez emergir o sistema de trabalho forçado e obrigação de trabalhar seja para a administração colonial, como para os patrões coloniais, sem contestar. No entanto, a repressão dos anos anteriores fez com que não se alcançasse uma percentagem de mão-de-obra desejada e a tentativa de obter trabalhadores contratuais no estrangeiro foi um recurso, mas sem efeitos significativos.

Recorreram aos "camponeses ovambos na extremidade Norte do país, que empobrecidos pelos impostos aplicados […] sobre o seu gado", acederam a "contratos a curto prazo para trabalhar em projectos de construção no Sul" (SWAPO, 1981, p. 20). Era uma forma de sobrevivência.

A situação salarial nessas empreiteiras era caracterizada da seguinte forma:

"Em 1913, os 3 a 4 mil trabalhadores ovambos contratados, que recebiam apenas 2 1/2 randes por mês, custaram às companhias um total anual de salários entre 100.000 e 120.000 randes, ou apenas 2% do valor dos diamantes vendidos nesse ano (SWAPO, 1981, p. 19)."

Contra a prosperidade alemã no Sudoeste Africano, a população nativa temendo o destino dos *ndamaras* e *hereros*, viu-se obrigada ao trabalho forçado como mão-de-obra contratada e mal remunerada.

6 O FIM DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ

A colonização alemã em África finda de forma precoce e com uma diferença cronológica considerável, em relação à colonização de outras potências europeias. A alemã implanta-se e retira-se

entre 1884 e 1918, ao passo que as demais potências estender-se-ão até à década de 1960 (França), e até à década de 70 (Portugal). A última resistência do colonialismo em África.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1918), os interesses alemães em África passaram a ser questionados em sede do armistício de Novembro de 1918 em Compiègne/ França. Pois, a Alemanha perdedora foi objecto de espólios de guerras no quadro das indemnizações, na sequência do Tratado de Versalhes a 28 de Junho de 1919. A Alemanha estava exposta à humilhação pelo seguinte:

> […] o Reino Unido foi o primeiro a propor que a Alemanha fosse definitivamente desapossada de seus territórios, em razão de o colonialismo alemão ser considerado o mais coercitivo. Argumentava -se que as autoridades alemãs tinham mantido o escravagismo e autorizado o uso sistemático do açoite. Os alemães contestaram as acusações, replicando que os britânicos e os franceses eram culpados por iguais excessos (Schnee, 1926, cit. por Boahen, 2010, p. 384).

Não é sem razão que se lê na alínea b) do Tratado de Versalhes, o seguinte: "cessão das colónias para a França e Inglaterra, principalmente" (Schneeberger, 2006, p. 275). Louis (1963) cit. Boahen (2010) descreve a respeito da transição dos territórios alemães a outras potências o seguinte:

> A Alemanha saiu do grupo das potências coloniais, sendo substituída pela França e pelo Reino Unido em Camarões e Togo, pela União Sul-Africana no Sudoeste Africano e pelo Reino Unido e pela Bélgica na antiga África Oriental Alemã. A Bélgica obteve […] as pequenas, mas bem povoadas províncias de Ruanda e Urundi (atuais Ruanda e Burundi) (p. 350).

Esta enunciação confere com as ideias expressas por Correa (2010) quando reflecte sobre o fim das colónias alemãs em África, afirmando o seguinte:

> As tropas do Império Britânico com expressivo contingente de soldados sul-africanos tomaram as possessões alemãs do sudoeste africano e da África oriental, enquanto que as colônias do Togo e dos Camarões foram ocupadas conjuntamente pelas forças inglesas e francesas, ambas com expressivo contingente de soldados africanos (p. 477).

Como consequência da humilhação de fim de guerra, a Alemanha viu-se obrigada a ceder as suas possessões para as seguintes potências:

i. França – na África Ocidental, parte dos Camarões e do Togo;
ii. Inglaterra – parte da região do Togo e dos Camarões, o território do Sudoeste Africano e Tanganica na África Oriental Alemã;
iii. Bélgica – uma região a Norte da África Oriental Alemã (Ruanda-Urundi), gerida a partir do adjacente Congo Belga, que mais tarde viria a dar origem aos territórios actualmente

conhecidos como Ruanda e Burundi.

Tal fará, como afirma Manuel (2008) com que "toda a elite instruída em padrões alemães ficasse condenada ao desemprego e sujeita a uma severa repressão" como se fossem igualmente, mentores do grande conflito.

7 CONCLUSÕES

Destacando a influência que o passado exerce na formação de sociedades contemporâneas, a compreensão da situação social e económica dos territórios ocupados pela Alemanha permite conhecer e explicar os problemas dos actuais territórios ex-colónias alemãs em África considerando o processo Histórico-colonial. Da discussão, concluímos que:

i. Apesar de não ter concretizado na plenitude as suas pretensões, a Alemanha ocupou os Camarões, o Togo, o Sudoeste Africano (actual Namíbia) e a África Oriental Alemã (Tanzânia, Ruanda e Burundi actualmente). O Sudoeste Africano apresentava um clima não favorável para a agricultura, mas a existência de minas conformavam o potencial económico. O potencial agrícola do Togo era, a exploração mineira e comercialização dos produtos de caça, destacadamente o marfim nos Camarões e na África Oriental Alemã.

ii. A Alemanha implementou uma administração tendencialmente mista nos territórios africanos por si ocupados. No extremo norte dos Camarões implementou uma administração indirecta depois de se ter levado à forca àqueles que se apresentavam como empecilhos aos projectos coloniais. Já na parte sul, precedente de prudentes demissões dos chefes militares alemães, a administração directa deu-se com o recrutamento dos filhos dos chefes locais ao exército alemão. Na África Oriental Alemã, implementa-se a administração indirecta no Ruanda e Burundi, mediada pelos Mwanis, e no Tanganica processa-se a administração directa assimilacionista, com a presença árabe e de suaílis não indígenas;

iii. O desenvolvimento industrial alemão justificou o uso da lógica utilitarista de colonização, uma vez que acarretava a necessidade de matérias-primas e um mercado para o escoamento de produtos manufacturados. Assim, a necessidade de mercado para a extracção de matérias-primas e para o escoamento dos produtos acabados apresentaram-se como razões primárias da expansão mercantilista alemã;

iv. A implementação de um sistema educativo nos territórios ocupados pela Alemanha visava, principalmente, a produção de negros hábeis para executar a missão colonial europeia, ou seja,

melhor adaptar os africanos ao regime colonial. O sistema educativo objectivava também, educar os filhos dos africanos segundo os cânones da cultura europeia e servirem de fertilizantes para os seus pais e preservar a base cultural aos filhos dos alemães;

v. Depois da Primeira Guerra Mundial, os interesses alemães em África passaram a ser questionados no armistício de novembro de 1918 em Compiègne/ França e foram objecto de espólio de guerra no quadro das indeminizações, na sequência do Tratado de Versalhes a 28 de Junho de 1919. O tratado de Versalhes estabelecia na sua alínea b), a cessação das colónias alemãs a Inglaterra e França. A Alemanha viria a ceder os seus territórios para as potências mencionadas e uma pequena parte à Bélgica.

REFERÊNCIAS

Ajayi, J. F. Ade. (2010). *História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880*. UNESCO (Obra original publicada em 1989).

Bohen, A. (2010). *História Geral da África VII. África sob dominação colonial, 1880 –1935* (2ª ed.). UNESCO; (Obra original publicada em 1985).

Correa, S. M. (2010*). A "Partilha da África" pela imprensa teuto brasileira*, v. 2, p. 459 – 480. Consultada em 22/ Novembro/ 2021.

Correa, S. M. (2011). *Cultura e Natureza na África Alemã*, V. 15, p. 363 – 381. Consultada em 12/ Janeiro/ 2022.

Correa, S. M. (2012). *Fronteiras da educação na África sob domínio colonial alemão*, v.16, 65 – 91. Consultada em 28/ Dezembro/ 2021.

Correa, S. M. (2015). *A escravidão na África Oriental alemã (1885 – 1914)*, v. 46, p. 53 – 73. Consultada em 18/ Janeiro/ 2022.

Departamento de Informação e Publicidade, SWAPO (1981). *Nasce Uma Nação – A Luta de Liberdade da Namíbia*. Zed Press.

Ki-Zerbo, J. (1972). *História da África Negra: volume II* (3ª ed.).Publicações Europa América.

Manuel, T. (2008). *História da África II. Textos de Apoio para o Curso de Graduação em Ciências da Educação na Especialidade de História*. Benguela: KAT – Editora.

Manuel, T. (2022). *O papel das IES no desenvolvimento socioeconómico de Benguela*. Mesa--redonda nas Jornadas pedagógicas do ISPM. Benguela.

Ramos, S., & Sousa, M. (1914). *Administração colonial.* Tipografia Operária.

Ribeiro, A., & Gebara, A. (Eds.). (2013). *Estudos africanos: múltiplas abordagens*. Editora da UFF.

Schneeberger, C. A. (2006). *História Geral – Teoria e prática*. EDITORA RIDEEL.

Visentini, P. F., & Pereira, A. D. (2012). *História mundial contemporânea (1776 - 1991) – Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética (*3ª Ed.). FUNAG.